OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº601
4 de novembro
a 18 de novembro
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional



ELEIÇÕES 2020

VOTO ÚTIL É NO PSTU

Páginas 8 e 9

BRASIL EM CRISE

ORGANIZAR A LUTA CONTRA O PACOTE DE MALDADES QUE VEM DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Bolsonaro, Guedes, Congresso, governadores e prefeitos preparam ataque aos trabalhadores para favorecer os bancos e os ricos.

Páginas 4 e 5



ENTREVISTA

A vitória do povo chileno e os limites da Constituinte

Páginas 14 e 15

NÃO À PRIVATIZAÇÃO

Vamos defender o SUS contra Bolsonaro

Página 10

PANDEMIA

Segunda onda de Covid pode ser um tsunami no Brasil

Páginas 6 e 7

PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



Falou Besteira

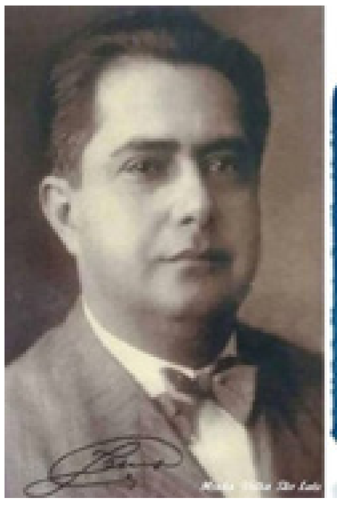
> “Agora virei boiola, igual maranhense, é isso?”



Bolsonaro, ao tomar o refrigerante Guaraná Jesus, em visita ao Maranhão, no último dia 29.

A HISTÓRIA DE UM GUARANÁ

Jesus era comunista





Mais uma vez, Bolsonaro expôs toda sua asquerosa LGBTfobia. Desta vez, ao tomar o Guaraná Jesus e chamar os maranhenses de “boiolas”. O guaraná é um verdadeiro patrimônio do estado e foi criado pelo farmacêutico maranhense Jesus Norberto Gomes, nos anos 1920. Segundo sua bisneta, o criador do refrigerante era simpatizante do comunismo. Em novembro de 1935, em decorrência da Intentona Comunista, 80 maranhenses tiveram prisão decretada pelo governador Aquiles Lisboa. Jesus Norberto estava entre eles. O grupo foi transferido para o Rio de Janeiro, onde ficou até o ano seguinte. Até a década de 1990, o refrigerante superava em vendas qualquer outra marca vendida no estado. Mas, no início dos anos 2000, a marca foi comprada pela “The Coca-Cola Company”, sendo fabricado e distribuído principalmente no Maranhão.

NO LUGAR CERTO

Na lata do lixo do museu

O museu de cera Madame Tussauds, em Berlim, na Alemanha, colocou a estátua do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dentro de uma lixeira. A medida foi tomada às vésperas das eleições presidenciais do país. Em foto publicada pelo museu no Instagram, a figura de cera do republicano aparece rodeada de sacos de lixo e tuítes ficcionais impressos em papelão, com as frases “Você está demitido”, “Fake News!” e “Eu amo Berlim”. Um boné com o slogan de Trump, “Make America Great Again” (Faça os Estados Unidos grandes novamente) também aparece no lixo.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA
WhatsApp
Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta
(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Votar no PSTU e um projeto socialista e revolucionário

As eleições nos Estados Unidos estavam ocorrendo enquanto fechávamos esta edição. Fato é que nem Trump nem Biden refletem exatamente a situação de classe e raça nos EUA e no mundo. Já na América Latina, vivemos uma revolução no Chile, que impôs a concessão de uma Assembleia Constituinte, e na Bolívia as mobilizações de massas derrotaram o golpe e sustentaram um processo eleitoral que consolidou essa derrota. As eleições são expressões distorcidas da correlação e luta entre as classes, embora incidam na mesma.

As eleições no Brasil ocorrem tendo como pano de fundo a maior crise econômica do capitalismo desde os anos 1930, combinada com a pandemia. No país, isso é agravado por um governo reacionário, ultraliberal, entreguista e profundamente antioperário.

Estas eleições, porém, são diferentes de 2018. Não estão repetindo aquela polarização. Pra começar, o bolsonarismo está fragmentado, não conseguindo sequer legalizar seu partido. O próprio Bolsonaro teve que se jogar nos braços do Centrão.

Por outra parte, a esquerda de conciliação de classes (PT, PCdoB e PSOL) e as alas burguesas que lhe eram mais próximas, como PSB e PDT, também se fragmentaram. E o PT, que era hegemônico nessa Frente, parece ter perdido a hegemonia.

O PSOL, por sua vez, cresce em várias capitais, ocupando um vácuo deixado pelo PT. Mas não consegue ser um fenômeno à lá “Podemos” (Espanha) ou “Siryza” (Grécia), até porque, sem um programa diferente, não consegue andar sem estar à sombra do PT. Exemplo disso é o fato de o PSOL ter se coligado ao PT em 20 cidades e o PT ter se aliado ao PSL, de Bolsonaro, em outras 145.

Nas eleições não podemos ficar reféns do mal menor. A lógica precisa ser fazer uma campanha e construir um projeto que ajudem a classe trabalhadora a avançar na sua consciência, mobilização e organização.

Se não servir pra isso, o voto é inútil.

Ou alguém acha que um governo do PSDB, DEM, PP vai fazer a diferença? Ou que, com outro Haddad, Flávio Dino etc., a vida vai mudar? Quando Boulos vai à badalada na Avenida Faria Lima conversar amigavelmente com capitalistas na Associação Comercial de São Paulo, prometer “não perseguir empresário” e governar para todos, está fazendo, ao seu modo, a sua “Carta ao Mercado Financeiro”, como fez Lula, jurando à burguesia manter a ordem e gerir bem o capitalismo.



Por isso, voto útil é no PSTU, no 16. Trata-se de um voto que fortalece a organização, a mobilização e a consciência da classe operária e da classe trabalhadora, para mudar o sistema.

No dia 15, vote 16. Vote e ajude a ganhar votos para os candidatos e candidatas do PSTU. Ajude a fortalecer as lutas da classe trabalhadora e um projeto socialista e revolucionário para o nosso país. Ajude-nos a difundir nossos materiais pelas redes sociais e listas de zap. Acesse nosso site e veja nossas candidaturas nas cidades.

Organizar a luta contra ataques depois das eleições

Se a vanguarda da classe trabalhadora deve, nas eleições, votar no PSTU e ganhar o máximo possível de trabalhadores para isso, precisa saber, também, que o governo guarda um pacote de maldades contra os pobres e em favor dos ricos para depois da votação (veja mais na página 5).

A burguesia brasileira, frágil, covarde e associada ao capital estrangeiro, entrega o país e esfola o proletariado e a pequena burguesia. Não se importa com os mais de 160 mil mortos pelo Covid-19; não se importa em ter um Bolsonaro na presidência e um “Posto Ipiranga” no Ministério da Economia, nem em mandar milhões de pessoas para a miséria, desde que o “ajuste fiscal” garanta seus lucros, sua renda com os juros da dívida e a rapina do país.

É preciso organizar a luta unificada contra o fim do auxílio-emergencial, para barrar as demissões, em defesa da estabilidade no emprego, da redução da jornada sem redução de salários e por plano de obras públicas; contra a redução de salários, contra as privatizações e em defesa do meio ambiente, dos setores oprimidos (indígenas, quilombolas, negros, mulheres, LGBTs) e pelo direito à vacina para 100% da população. Contra esse pacote de maldades e para que os ricos paguem pela crise. É necessário construir um plano de lutas no rumo de uma greve geral.

As centrais sindicais (exceto a CSP-Conlutas) fizeram ato na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), defendendo isenção fiscal para grandes empresários (supostamente em defesa do emprego e do auxílio-emergencial). Mas isenção para grandes empresários nunca assegurou emprego. Pelo contrário, sempre ajudou a reduzir salários, a destruir a saúde, a educação e a aposentadoria.

Já passou da hora das direções das grandes centrais seguirem o exemplo da CSP-Conlutas e defenderem que os ricos paguem pela crise. É hora de lutar em defesa do emprego, do salário, do Sistema Único de Saúde (SUS), dos direitos, pela manutenção do auxílio-emergencial, contra a PEC Emergencial e as privatizações e para que os ricos paguem pela crise.

Os trabalhadores devem exigir daqueles que dizem que os defendem que se coloquem contra esses ataques. É necessário unificar as lutas e construir uma greve geral, com grandes manifestações (assegurando o distanciamento social e todos cuidados). O caminho a seguir é o das mobilizações como as do Chile, dos EUA, Colômbia e Bolívia.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/38AFZBV

BRASIL EM CRISE

Uma verdadeira bomba social prestes a explodir

DA REDAÇÃO

A aparente calmaria vivida no andar de cima esconde uma tempestade que está se formando. Se, por um lado, as eleições colocaram em modo de espera a artilharia preparada pelo governo contra a classe trabalhadora e os pobres; por outro, o repique de uma nova onda da COVID-19 (com a indefinição de uma vacina), o fim do auxílio-emergencial e a explosão do desemprego vão desaguar com toda a força, tão logo passe a votação.

Não é por menos que os índices das bolsas de valores estão caindo e o país vive uma fuga de capitais. O capital internacional antevê o aprofundamento da crise, e exige a manutenção e ampliação de sua remuneração. E isso exige um novo patamar de exploração e rapina. O projeto de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional, para atendê-los, é, tão logo ocorra a votação, descarregar com toda a força uma série de ataques e de entregas para satisfazer a burguesia e o imperialismo, em que nem o Sistema Único de Saúde (SUS) escapa

Desemprego recorde e corte do auxílio

Mesmo agora, estamos vendo o aprofundamento de uma crise sem precedentes. O último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) revela um desemprego recorde. Só nos três meses levantados pela pesquisa, mais de 4,3 milhões de empregos foram pulverizados. Em apenas um ano, sumiram 12 milhões de postos de trabalho. Se a taxa oficial de desemprego abarca 13,8 milhões de pessoas, o total de pessoas sem trabalho já chega a 33,3 milhões. Mais do que uma Venezuela inteira (32 milhões).

Se no início da pandemia, os trabalhadores informais eram os que mais sofriam com o avanço do desemprego, agora são os com carteira assinada que estão sendo jogados no olho na rua. Nada menos que metade dos empregos extintos era de postos com carteira. Um reflexo das demissões em massa realizadas pelas grandes empresas é a derrocada dos pequenos negócios deixados à míngua pelo governo, que se junta ao corte do auxílio-emergencial de R$ 600 pela metade.

Além do corte do auxílio, quase 9 milhões de pessoas já deixaram de receber o benefício. São 3 milhões que voltaram a receber o valor do Bolsa Família e outros 5,7 milhões que simplesmente foram retirados do programa porque a Medida Provisória que estendeu o benefício impôs regras ainda mais restritivas para o seu recebimento.



TERRA ARRASADA

Já quem conseguiu manter o emprego sofre com o rebaixamento dos salários. São 11,7 milhões de trabalhadores afetados pela MP 936 que permite redução de salários e direitos. Junto a isso, temos a maior inflação para as famílias pobres dos últimos 14 anos, provocada, sobretudo, pelo aumento dos alimentos. No caso do arroz, a alta chegou, em setembro, a 41%, seguido pelo feijão, com 34%, e o leite, 30%.

Se, hoje, já estamos vivendo desemprego recorde, que só tende a aumentar, e o avanço da pobreza e da miséria, com a volta do flagelo da fome; com o fim definitivo do auxílio-emergencial e 40 milhões ao deus-dará, forma-se a "tempestade perfeita" para o caos social.

DESEMPREGO RECORDE

13, 8 milhões: Desemprego "oficial"

33,3 milhões: Pessoas sem trabalho

79,1 milhões: População fora do mercado de trabalho

12 milhões: Empregos perdidos no último ano

(Dados PNAD-Contínua jun/jul/ago 2020)

QUEDA DA RENDA

20,1% foi a queda na renda média dos brasileiros

11,7 milhões de trabalhadores tiveram redução de salários

AUXÍLIO-EMERGENCIAL

8,7 milhões: Já deixaram de receber auxílio-emergencial

5,7 milhões: Ficaram de fora com as novas exigências

3 milhões: Voltaram a receber só o Bolsa-Família

67,2 milhões: Dependiam do auxílio-emergencial e ficarão ao léu com seu fim

(Fundação Getúlio Vargas/FGV, no trimestre entre mar/abr/maio 2020)

NADANDO EM DINHEIRO

Crise não é para todos



Enquanto a classe trabalhadora sofre com o desemprego e grande parte da população encontra dificuldade até para comer, grandes empresas e bancos não só mantiveram seus lucros, como os aumentaram ainda mais. Levantamento do próprio Ministério da Economia, baseado nas notas fiscais emitidas pelas empresas, mostrou que as grandes empresas da mineração, o agronegócio e os bancos estão nadando em dinheiro.

O setor da mineração lucrou 37,6% a mais de abril a julho, em relação ao ano passado, puxado pela alta demanda da China. Só a Vale lucrou R$ 15 bilhões no terceiro trimestre, mais que o dobro que em 2019.

Já o agronegócio faturou 18% a mais devido ao aumento nas exportações, o mesmo que jogou o preço do arroz nos supermercados lá em cima. Os bancos, por sua vez, aumentaram o faturamento em 14%, lucrando R$ 22,4 bilhões no primeiro trimestre e R$ 18,4 bilhões, no segundo. Fruto do aumento do crédito, cuja demanda cresce na crise, dos juros, e, principalmente, da ajuda do governo. Os bancos foram os primeiros a receberem ajuda de nada menos que R$ 1,2 trilhão no início da crise.

BOMBA NO BOLSO DOS TRABALHADORES

Pacote de maldades após as eleições

Fechadas as urnas, em novembro, Bolsonaro e Paulo Guedes, junto com o Congresso Nacional, sacarão da cartola um pacotaço de maldades. Trata-se de medidas para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros, transferir ainda mais recursos para os grandes empresários e multinacionais, acabar de vez com direitos e avançar na privatização e na entrega do país.

EMPREGOS, SALÁRIOS E RENDA

Entrega do SUS

No final de outubro, Bolsonaro editou um decreto que abre caminho para a privatização completa das Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Sistema Único de Saúde (SUS), via Parcerias Público Privadas (PPP´s). Com a recepção negativa, o governo voltou atrás e suspendeu o decreto, mas prometeu reeditá-lo.

PEC Emergencial

O Congresso Nacional quer aprovar, ainda em 2020, uma PEC Emergencial que institui um gatilho que representa um verdadeiro confisco nos salários e direitos dos servidores, além do fim das promoções e suspensão de concursos. A redução salarial pode chegar a 25%.

Reforma Administrativa

A Reforma Administrativa, uma das prioridades de Paulo Guedes, visa acabar com os concursos, a estabilidade dos servidores e rebaixamento de salários. Ao invés de atacar privilegiados, como os juízes, alto-escalão dos militares, diplomatas ou os políticos, que não serão afetados, a Reforma volta-se contra os outros 90% da categoria, setor que ganha no máximo cinco salários mínimos. São trabalhadores dos postos de saúde, das escolas, universidades etc.

Carteira Verde e Amarela

A obsessão de Guedes é aprovar esse projeto que visa acabar com os poucos direitos ainda resguardados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Carteira Verde e Amarela vai institucionalizar o trabalho informal, criando uma categoria de trabalhadores sem direitos.

Fim dos direitos sociais e ataques à classe média

A fim de bancar seu "Bolsa Família turbinado", projeto eleitoreiro que visa compensar pequena parte do fim do auxílio-emergencial, o governo estuda vários ataques aos assalariados e remediados, entre eles o fim do Abono-PIS, congelamento das aposentadorias e benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além do fim da dedução de impostos com saúde e educação, que afetam a classe média.

Privatizações e entrega do país

Além de iniciar a privatização do SUS, o governo só espera que as urnas sejam fechadas para colocar grandes empresas no balcão de negócios, como os Correios, a Eletrobrás e a própria Petrobrás.

QUE OS RICOS PAGUEM PELA CRISE

Organizar e unificar a luta para garantir emprego, renda e salário

É preciso unificar as lutas para impedir tudo isso, lutar contra as privatizações e fazer com que sejam os ricos que paguem pela crise. Precisamos de um programa emergencial para a crise, que ataque os lucros e privilégios das multinacionais, grandes empresas, latifundiários e banqueiros, para garantir emprego, renda digna e salário para todos.

EMPREGOS, SALÁRIOS E RENDA

Manutenção do auxílio-emergencial

Reversão do corte do auxílio e manutenção dos R$ 600 por quanto durar a pandemia.

Redução da jornada sem redução dos salários

É preciso proibir as demissões, estatizar as grandes empresas que insistirem em demitir e reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir os salários, abrindo novas vagas para que todos trabalhem.

Plano de obras públicas

A fim de criar empregos e suprir deficiências de infraestrutura em setores como saúde, educação, transportes e moradia.

Reversão da Reforma Trabalhista e das terceirizações

Restabelecimento de todos os direitos trabalhistas arrancados pela Reforma Trabalhista e revogação da Lei das Terceirizações.

Fim das isenções fiscais às grandes empresas e multinacionais

Taxação das grandes fortunas e imposto fortemente progressivo

Taxar em 40% as grandes fortunas dos bilionários brasileiros (R$812 bilhões), podendo cobrir, assim, o pagamento do auxílio-emergencial. Serão gastos, no total, R$ 321 bilhões com o auxílio. A taxação dos bilionários arrecadaria R$ 325 bi.

É preciso, ainda, estabelecer um sistema de imposto progressivo, em substituição ao sistema tributário que, hoje, recai sobre o consumo; ou seja, sobre os trabalhadores e a classe média.

Estatização dos bancos e do agronegócio

É preciso colocar o sistema financeiro para atender os interesses do povo, e não para transferir nossas riquezas para os grandes agiotas internacionais. Com os bancos sob controle dos trabalhadores daria para garantir crédito sem juros à população pobre, ao pequeno empresário, à agricultura camponesa familiar. Da mesma forma, o agronegócio, que hoje só produz commodities para exportação, deve ser estatizado e colocado sob controle dos trabalhadores, garantindo alimentos para a população junto com uma reforma agrária radical.

Não à entrega do país! Reestatização das empresas privatizadas

Bolsonaro, Guedes e o Congresso Nacional querem a completa entrega do país ao imperialismo. É preciso barrar essa entrega, retomar as empresas privatizadas, como a Embraer, a Vale e a Petrobrás, colocando-as sob controle operário, para que atuem para atender os interesses da população, e não de meia dúzia de grandes investidores.

PANDEMIA

Segunda onda de covid chega a Europa e ameaça se transformar num tsunami no Brasil

DA REDAÇÃO

A Europa assiste a uma segunda onda da pandemia de Covid-19. Muitos países registraram um abrupto aumento dos casos de contaminação e de mortes. Países como França, Espanha e Alemanha voltaram a anunciar medidas de lockdown (confinamento total e restrição de circulação) para conter a disseminação do vírus.

Há a suposição de que essa nova onda possa ter relação com uma mutação do vírus. No entanto, já faz alguns meses que os governos dos países europeus afrouxaram totalmente as medidas de isolamento social. Na Itália, por exemplo, os alunos votaram às aulas. Fora das classes a recomendação é o uso de máscara, mas dentro da sala de aula é permitido que elas sejam retiradas. Uma orientação pra lá de ridícula, já que é a maior chance de contaminação se dá justamente quando as pessoas estão concentradas em um mesmo espaço.

Na maioria dos países, os trabalhadores tiveram que voltar aos seus locais de trabalho e, em muitas fábricas, o distanciamento social é uma ficção, assim como no transporte coletivo. Não por acaso, a Itália vem registrando um aumento exponencial de infecções de Covid-19. Em 31 de agosto, foram registrados 1.365 novos casos; um mês depois, 1.851. Em meados de outubro, a média diária de novas contaminações saltou para 8 mil. E, em 31 de outubro, checou a 31.758.

Mesmo assim, o governo do país insiste em dizer que não poderá "bloquear o país como em março", passando a ideia de que, se a produção for bloqueada, quem pagá-la as consequências serão os trabalhadores e pequenos comerciantes e não os grandes industriais e os grandes empresários que continuam lucrando na pandemia.

Nos Estados Unidos, país com maior número de infectados e de óbitos causados pelo vírus, a coisa também não caminha bem. Anthony Fauci, diretor-geral do Instituto Nacional de Doenças Infecciosas e Alergias, previu que o país, em breve, atingirá a marca de



100 mil novos casos diários de Covid-19 (na última semana, a média tem sido de 80 mil novos casos por dia). Segundo ele, os EUA vão sofrer profundamente com o vírus durante os meses de outono e de inverno e, muito provavelmente, devido a um aumento considerável de casos, hospitalizações e mortes por todo país.

Por lá, o presidente Donald Trump minimizou a pandemia, disse que isolamento social era bobagem, não incentiva o uso de máscara e, quando foi infectado pelo vírus, não deixou de promover aglomerações.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/38BZJJR

DESCONTROLE

No Brasil vai ser tsunami

Enquanto a Europa volta a se fechar para conter a segunda onda de Covid-19, o Brasil ultrapassa a marca de 160 mil mortes, sem previsão de queda ou aumento significativo do número de casos a curto prazo. Na média diária, as mortes por Covid no Brasil ainda são o triplo do número de assassinados no país. Mas, diariamente, o vírus também mata 15 vezes mais que o HIV-Aids e quatro vezes mais que os acidentes de trânsito.

Ainda estamos longe de superarmos a primeira onda. Formalmente, na literatura cientifica, uma segunda onda só ocorre depois de um primeiro pico infeccioso agudo, seguido por uma queda considerável no número de casos e mortes, chegando praticamente a zero. Quando, subitamente, há um aumento importante dos registros, superior a 50%, é que se pode falar em segunda onda.

Acontece que a realidade brasileira pode desafiar esse quadro. O tsunami da chamada primeira onda ainda não passou e já podemos ver o próximo se aproximando bem no horizonte. O maior indício é o aumento dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em dez capitais brasileiras.

Segundo o Infogripe da Fiocruz, que acompanha as internações hospitalares por SRAG, nas últimas semanas, todas elas apresentaram sinais de retomada do crescimento das infecções. Aracaju (SE), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), João Pessoa (PI), Macapá (AP), Maceió (AL) e Salvador (BA) apresentam sinal forte de crescimento a longo prazo (seis semanas). Em Belém (PA), São Luís (MA) e São Paulo (SP) o sinal de crescimento, também a longo prazo, é moderado.

A SRAG é uma doença respiratória causada por um vírus, seja ele o novo coronavírus, o influenza ou outro qualquer. Mas, segundo a Fiocruz, atualmente, quase 98% dos casos no país têm o novo coronavírus como causa.

MAIS ALERTAS

Outro sinal é o aumento da ocupação dos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) nessas capitais. Florianópolis (SC) já está com 86,83% dos seus leitos de UTI ocupados. Em Manaus (AM), castigada pela pandemia, já tem 77% dos leitos de UTI e 70% dos leitos clínicos ocupados por pacientes, fruto de uma explosão de internações nas últimas duas semanas.

É importante lembrar que os leitos extras, criados lá no início da pandemia, foram praticamente desativados e não há sinal de que eles sejam reativados ainda em novembro. Ou seja, é bem provável que uma nova onda de Covid no Brasil reproduza as mesmas cenas horrendas que vimos no início da pandemia; ou seja, centenas de pessoas pobres morrendo por falta de leitos de UTI em hospitais.

Além disso, o"Boletim 12", do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Nordeste, aponta o risco do vírus entrar na região



através de turistas europeus durante o verão. O Comitê Científico recomenda que os governos estaduais tomem medidas para prevenir uma nova onda de infecção. É chocante, mas, hoje, nos aeroportos da região não há nem estandes sanitários, muito menos kits de testagem rápida de passageiros provenientes do exterior.

Uma nova onda de infecção no Brasil seria produto direto da política genocida de Bolsonaro que, além de minimizar o impacto vírus, chamando a pandemia de "gripizinha", agora atenta contra a vacinação de toda população (lei ao lado). Mas as "flexibilizações"nos estados, levadas a cabo pelos governadores, também têm sua responsabilidade. Na prática, decretaram o "liberou geral", e só não liberam as aulas ainda este ano em função do desgaste eleitoral que a medida proporcionaria.

GENOCIDA

Bolsonaro faz campanha criminosa contra vacina



A pandemia no Brasil é devastadora. O país tem cinco vezes mais mortos do que a média mundial. Mesmo assim, Bolsonaro diz que a doença é uma "gripizinha" e que o país vem se saindo muito bem no combate ao Covid. O negacionismo de Bolsonaro só vai servir para facilitar uma segunda onda aqui no Brasil.

Recentemente, Bolsonaro disse ser contra a compra do que ele chama de "vacina chinesa", atiçando os apoiadores que o seguem nas redes sociais. Também disse que não obrigaria ninguém tomar vacina contra o Covid-19.

A CoronaVac é uma das vacinas contra o Covid que está em desenvolvimento no mundo – todas ainda em fase de testes. Ela está sendo desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac. Bolsonaro boicota a vacina porque é um papagaio serviçal de Donald Trump, responsável pela fake news de que o Covid é um vírus propositalmente fabricado pelos chineses. A mentira serve ao presidente dos EUA para esconder sua política criminosa, que levou o país a superar 230 mil mortes causadas pela pandemia.

Bolsonaro repete a papagaiada para fazer uma disputa política com o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), que já comprou a vacina. Dória quer se posicionar para as eleições de 2022 como defensor da Ciência e está usando a vacina chinesa para isso. No entanto, Dória é corresponsável pela situação atual, pois implementou um isolamento social muito parcial em São Paulo. Nessa briga política, se prepara um boicote criminoso contra a saúde da população.

A VIDA ACIMA DE TUDO

Obrigatoriedade da vacina, sim!



A vacinação contra o vírus deve ser obrigatória, pois em algumas situações o direito coletivo à saúde se sobrepõe aos direitos individuais. Uma pessoa que se recuse a ser imunizada pode ser um potencial transmissor do vírus, inclusive para seus familiares mais vulneráveis, vizinhos e colegas de trabalho.

É um crime contra a saúde pública permitir que um indivíduo transmissor ande pelas ruas sem máscara, participe e estimule aglomerações, pois está colocando em risco a vida de muita gente. Por isso, já existem outras vacinas obrigatórias no Brasil e, por exemplo, caso uma criança não apresente a comprovação de vacinação, ela nem consegue se matricular na escola. Além disso, uma vacinação que não atinja praticamente toda a população não garante imunidade contra o vírus.

Obviamente, se a vacina for segura e eficaz. Por isso, não adianta querer acelerar o processo de produção sem passar por todas as etapas de testes, como aparentemente fez a Rússia, com sua vacina. Mas, Bolsonaro é um hipócrita quando diz que só vai usar vacina já testada e com comprovação científica, pois ele defendeu o uso de cloroquina sem comprovação científica nenhuma.

Tudo indica que, mesmo em 2021, não haverá vacina suficiente, sequer para metade da população brasileira. Por isso, ao invés de atacar o CoronaVac, o governo deveria estar trabalhando para obter a quantidade de vacina suficiente para o conjunto da população brasileira.

Recentemente, o governo alemão disse que aplicar 100 mil doses por dia seria "um desafio". Aqui, no Brasil, graças ao Sistema Único de Saúde (SUS), que Bolsonaro quer privatizar, nas campanhas de vacinação contra a gripe se consegue atender 1 milhão de pessoas por dia. Em alguns anos, o Sistema esteve preparado para vacinar quase 1,5 milhão de pessoas por dia, em cerca de 65 mil postos. Ou seja, temos uma imensa capacidade para conter a doença, mas isso é boicotado de modo criminoso por Bolsonaro, quando ele estimula movimentos contra a vacinação.

A campanha de Bolsonaro contra a obrigatoriedade da vacina e, mais que isso, contra a própria vacina, é, assim, mais uma comprovação da política genocida de um governo que coloca os lucros dos

ELEIÇÕES

Voto no PSTU fortalece uma alternativa socialista e revolucionária

Confira abaixo uma conversa com Zé Maria de Almeida sobre a importância de votar no PSTU nessas eleições.

DA REDAÇÃO


Janaine Ferreira, prefeita de São João Del Rey (MG)

POR QUE O PSTU PARTICIPA DAS ELEIÇÕES?

Nós participamos das eleições, em primeiro lugar, para defender uma alternativa socialista e revolucionária. Nossa participação não se dá com a ilusão de que, através das eleições, vamos mudar o país. Ao contrário, combatemos essa falsa ilusão, esse engodo que é o processo eleitoral. As mudanças necessárias para atender as necessidades mais sentidas do nosso povo só virão através de um processo amplo de mobilização e organização.

Por isso, nossas candidaturas estão a serviço do fortalecimento e da organização da classe trabalhadora e do povo pobre dentro de cada fábrica, de cada escola, local de trabalho, nas comunidades e bairros. Pois somente organizados e mobilizados vamos arrancar o que precisamos para ter uma vida digna.

Contudo, o fato de dizermos que eleições não mudam nada, não significa dizer que tanto faz em quem votar. Não é assim. Por isso, lutamos pelo voto nas candidaturas socialistas e revolucionárias do PSTU. Cada voto que uma trabalhadora e um trabalhador dão nas alternativas da burguesia fortalece a dominação que eles exercem sobre nós. Já o voto no PSTU ajuda a fortalecer o processo de lutas e de organização da classe trabalhadora e do povo pobre. Logo, o voto útil, nesse sistema, é o voto nas alternativas socialistas e revolucionárias.


Raquel de Paulo, prefeita de São José dos Campos (SP)

QUAIS SÃO AS MUDANÇAS QUE O PAÍS PRECISA?

As mudanças que precisamos fazer para que o povo tenha uma vida digna pressupõem enfrentar e acabar com os privilégios dos banqueiros e dos grandes empresários. Implicam em mudanças profundas na estrutura da sociedade. Nas eleições, temos que apresentar um programa que enfrente esses privilégios e mostre por onde devemos criar as condições para mudar efetivamente a vida da classe trabalhadora.

Somos um dos países mais ricos do mundo, com grande capacidade de produção de alimentos, mas, ao mesmo tempo, temos 10 milhões de pessoas que passam fome. Temos uma das maiores capacidade de produção industrial do mundo, com parque industrial imenso e diversificado, mas isso não está a serviço de atender as necessidades da população; mas, sim, o lucro dos empresários. Temos um sistema financeiro imenso, mas não voltado para financiar aquilo que é necessário à população, como a produção de alimentos, a construção de moradias populares, obras de saneamento e infraestrutura.

Não tem como resolver os problemas da nossa classe se não enfrentarmos isso. Não tem como resolver os problemas da moradia popular, da saúde, da educação, como todos os candidatos estão dizendo que irão resolver, sem romper com essa estrutura. Sem parar de pagar a dívida pública, sem estatizar os bancos, sem expropriar o agronegócio e colocar as terras a serviço da produção de alimentos para o povo, sem nacionalizar e estatizar as grandes empresas.

Essa é a diferença fundamental do nosso programa em relação aos demais partidos, inclusive aqueles partidos que se dizem mais à esquerda, como o PSOL. Por exemplo, o candidato a prefeito do PSOL em São Paulo, o Boulos, em entrevista ao jornal "El País", disse que "os empresários têm que entender que a vida não é só ter lucro e só arrancar o couro das costas dos trabalhadores. É preciso pensar também na população. E aqui há muito empresário que tem essa consciência."

Mas será mesmo que existe esse tipo de empresário? Afirmamos que não. Os empresários são parte fundamental da engrenagem do capitalismo. Reproduzem o capital à custa do aumento da exploração da classe trabalhadora. Na pandemia vimos, em nome do lucro, os governos e os empresários impondo a retirada de direitos, a redução dos salários e as demissões.

Essa visão de Boulos está na base do programa que partidos reformistas defendem. Isso se chama conciliação de classes. Tiram do seu programa a necessidade de que a gente arranque o controle dos meios de produção do país das mãos empresários. Propõem governar junto com eles. Experiência que já tivemos com os governos do PT, em 14 anos. Sabemos no que deu. Nada mudou para os trabalhadores, pois o PT continuou a governar para os grandes empresários e banqueiros.

Não tem como garantir emprego, salário, aposentadoria, saúde pública e educação pra todo mundo, sem acabar com o privilégio e o controle dos bancos e das multinacionais. Isso é mentir, enganar, iludir a classe trabalhadora e o povo pobre. É preciso atacar os privilégios dos banqueiros e grandes empresários; parar de pagar a dívida pública, que, todos os anos, leva quase 50% do orçamento da União; é preciso estatizar os bancos e o sistema financeiro, colocá-los sob o controle dos trabalhadores; é preciso estatizar as grandes empresas e as multinacionais, para que possamos planejar a condução do país a partir das necessidades da população e não do lucro dos grandes empresários; nacionalizar as terras e fazer uma reforma agrária radical para produzir alimentos ao povo brasileiro.

COMO SERIAM OS MANDATOS E UMA GESTÃO DO PSTU?

Para o PSTU, um mandato socialista e revolucioná-

rio é muito importante, pois estará a serviço da organização, da mobilização e dos processos de luta da classe trabalhadora. Isso ajuda a avançar no objetivo central, que é organizar um grande processo de mobilização no país, capaz de mudar a sociedade, melhorar de verdade a vida da população.

Em uma gestão do PSTU, vamos colocar todos os recursos do município a serviço das necessidades mais sentidas da classe trabalhadora, da sua organização e de sua luta. Vamos construir um governo socialista dos trabalhadores, onde a classe operária, junto com todos os setores explorados e oprimidos, governe través dos conselhos populares, que serão compostos por representantes dos trabalhadores, da população de modo geral, eleitos nos seus locais de trabalho, moradia, estudo.



Wanderson Rocha, prefeito de Belo Horizonte (MG)

Vamos incentivar cada seguimento da população se organizar e eleger os seus representantes, que irão compor o Conselho Popular, que será o espaço central de tomada de todas as decisões. A população vai tomar em suas mãos as decisões que irão mudar as suas vidas.

A forma como isso vai se dá, quem vai dizer é a luta e a realidade de cada lugar. O importante é que as pessoas se organizem, elejam seus representantes. Estes poderão ser trocados a qualquer momento, caso avaliem que ele ou ela não está os representando bem. Os conselheiros terão um mandato revogável.

O PSTU vai participar dos conselhos, através dos representantes que conseguir eleger. Vai apresentar suas propostas e defendê-las. Porque temos opinião sobre o que achamos melhor para um município. Iremos acatar aquilo que foi decidido pela população. O que o Conselho decidir, se executa.

REFORMAR O CAPITALISMO É UMA SAÍDA?

O PSTU talvez seja o partido que mais defenda a unidade de todos os setores, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos para a luta concreta da classe trabalhadora, para fazer greve, mobilizações de rua, para enfrentar e botar pra fora o governo que está aí. Defendemos a ampla unidade com todos os setores que queiram lutar.

Defendemos e participamos da “Frente Fora Bolsonaro”, no intuito de tentar construir um processo nacional de mobilização, para colocar pra fora Bolsonaro, Mourão e toda essa trupe.

Mas no terreno das eleições, a situação é outra. Basta olharmos, que veremos que estão sendo apresentados dois projetos. Um é o defendido pelo PSTU, que arranca das demandas e das necessidades mais concretas que a classe trabalhadora tem. Que demonstra e mostra à classe trabalhadora e à juventude que a única forma de solucionar esses problemas é avançando para um processo de organização e mobilização do povo, fazendo uma revolução e acabando com o capitalismo, abrindo condições para a construção de uma sociedade capitalista.

Evidentemente, da direita tradicional nunca se esperou nada. São partidos do empresariado, comprometidos com interesses daqueles que controlam a sociedade e contrários aos interesses da população.

Já os partidos que se reclamam da classe trabalhadora, como o PT, PCdoB e PSOL, ao não defenderem essa transformação socialista da sociedade, jogam água no moinho do projeto do grande empresariado.

Assim, não tem como fazer uma aliança com eles, para apresentar uma alternativa socialista e revolucionária. Afinal, qual é a média possível entre um partido que defende uma alternativa socialista e revolucionária e um que defende a manutenção do capitalismo? Alguns desses partidos abrem mão de defender o que pensam para defender, junto com o PSTU, uma alternativa revolucionária e socialista para o país? Se sim, fazemos a Frente. Estaremos juntos. Mas qual dos partidos se dispõe a fazer isso? Nenhum.

Se o PSTU se aliar com outro partido e abrir mão da defesa de uma alternativa socialista e revolucionária, não fortalecerá a luta da classe trabalhadora. Ao contrário, vamos enfraquecê-la, ao deixar de defender o único caminho possível para que possamos construir as condições para transformar o país.

POR QUE VOTAR NO PSTU?

O PSTU é o único partido que, nessa eleição, aponta um caminho que de fato vai levar a classe trabalhadora a se libertar. Essa é primeira razão pela qual é importante votar no PSTU.


Cyro Garcia, prefeito do Rio de Janeiro (RJ)

O voto no PSTU é o único voto nesse processo eleitoral que fortalece a luta e organização da classe trabalhadora, que pode promover as mudanças profundas na estrutura do país para que as pessoas possam ter uma vida digna.

A segunda razão, porque é importante eleger vereadores e prefeituras pessoas que colocarão o mandato, não só a serviço para enfrentar as necessidades mais concretas que temos em cada município, mas a favor do fortalecimento do processo de organização e luta da classe trabalhadora.

Veja o exemplo quanto às demissões que estão ocorrendo em São José dos Campos (SP). Faria diferença ou não se o prefeito, se os vereadores fossem lá, pra frente da fábrica, junto com os trabalhadores, chamar a parar tudo, convocar a população a se mobilizar junto com os trabalhadores, para exigir dos governos e das autoridades medidas que garantissem os empregos? Avaliamos que sim.

Por isso, afirmamos que garantir a eleição de prefeitos e de vereadores do PSTU fortalece a luta e organização da classe trabalhadora.

Mas o PSTU não pede só o voto dos trabalhadores. Queremos também que os trabalhadores – do campo e da cidade – e os jovens que concordam com nossas ideias, com essa necessidade de transformação mais de fundo da sociedade, nos ajudem a avançar na construção de uma organização, que vá direcionar a luta rumo ao socialismo: essa organização é o partido revolucionário.

Essa ferramenta precisa ser construída desde agora. Precisamos fazer crescer o PSTU. Estabelecer laços do partido nos centros políticos, nos centros econômicos e populacionais mais importantes do país. Estabelecer laços com um amplo setor da população para, quando essa revolta ocorrer, possamos canalizar para uma revolução que vá transformar o país. Por isso, votar no PSTU, hoje, é fortalecer esse projeto.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/2I8UJPS

ASSISTA A ENTREVISTA COMPLETA

OS SOCIALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES DE 2020 EM NOSSO CANAL NO YOUTUBE:

SAÚDE PÚBLICA

Em plena pandemia, Bolsonaro acelera a privatização do SUS

Apesar de recuo, governo diz que vai preparar novo decreto

ARY BLINDER,
DE SÃO PAULO (SP)

A repercussão do decreto 10530/2020 foi péssima, com uma avalanche de críticas feitas pela população e nas redes sociais. Mais de 90% das postagens no Twitter e outras redes foram contrárias ao decreto. Esta reação popular fez Bolsonaro retroceder e cancelar o decreto; mas, em seguida, por pressão dos lobbies das entidades de saúde privada, Bolsonaro já afirmou que vai publicar outro decreto, com o mesmo conteúdo, nos próximos dias.

Estes fatos mostram que é necessária uma contínua vigilância dos defensores da saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS), pois novas tentativas de ataques virão em breve.

É importante também lembrar que o processo de privatização dos serviços de saúde já vem ocorrendo há alguns anos, principalmente na gestão dos serviços através das organizações sociais (OSs) e, secundariamente, através das parcerias público-privadas (PPPs). São processos impulsionados por governos de direita, centro e até dos governos petistas e seus aliados. Por isso, é muito importante checar os programas eleitorais dos candidatos para saber qual é a sua posição sobre a privatização da saúde pública.

O QUE DIZIA O DECRETO?

O Decreto 10530/2020, do dia 26 de outubro, transferia para o Ministério da Economia de Paulo Guedes o controle do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) das Unidades Básicas de Saúde do SUS.

A ideia do governo era (e ainda é) passar para a iniciativa privada não só a gerência, mas também a construção e manutenção destas unidades de saúde, onde se dá o atendimento de boa parte do sistema de saúde. Desde consultas de rotina, puericultura (saúde infantil), acompanhamento de gestantes e vacinação, entre outras atribuições. Em geral, as UBSs são de atribuição dos municípios, dentro da estrutura do SUS.

REFORMA ADMINISTRATIVA

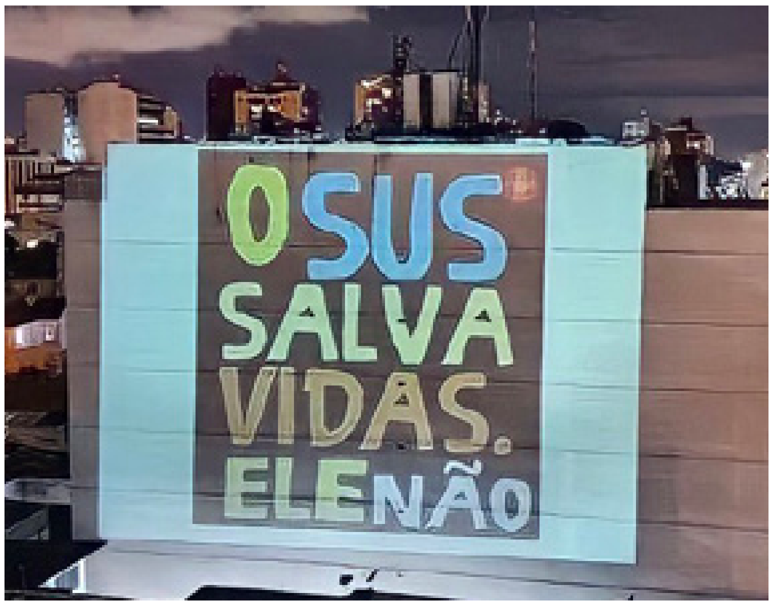
O Ministério da Saúde sequer foi consultado sobre a medida. O decreto é um passo qualitativo na estratégia bolsonarista de desmonte e privatização do SUS e do serviço público. Neste sentido, ele se combina com a chamada Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que tem como objetivo atacar os direitos dos servidores públicos.

Ao atacar a estabilidade, por exemplo, a Reforma Administrativa dificulta que os servidores públicos denunciem os muitos casos de corrupção governamental. Diga-se de passagem, a Reforma Administrativa ataca justamente a massa do funcionalismo que atua em saúde e educação, não mexendo com os setores de altos salários do Judiciário, Executivo e Legislativo, que continuarão com seus privilégios intactos.

PANDEMIA

A entrega do setor de atendimento primário é ainda mais grave, pois estamos em plena pandemia de Covid-19 e o SUS deveria estar se preparando para vacinar os 211 milhões habitantes do Brasil, assim que a vacina seja aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Esse operativo de vacinação é bastante complexo, pois além da vacinação em si, há que se organizar a compra das vacinas e o armazenamento e distribuição das mesmas por todo o país.

Esta operação exige planejamento, determinação, prioridades e harmonia entre os diversos níveis administrativos. Em suma, tudo o que o Ministério da Saúde não mostrou durante a pandemia, principalmente com o atual ministro Pazuello. Não é surpresa nenhuma que Bolsonaro não tenha se preocupado com isso, já que isso facilita seu projeto de boicotar a vacinação em massa contra a Covid.



LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/34UVVER

DEFENDA O SUS

Estados Unidos mostram que privatização da saúde é morte

É falso que a iniciativa privada gerencie melhor um sistema de saúde como o SUS. Basta lembrar o que está acontecendo agora nos Estados Unidos. O país capitalista mais rico e poderoso do mundo está dando um show de incompetência no trato com a Covid, sendo, disparado, o recordista mundial em óbitos pela doença (quase 232 mil). Lá, a saúde é privatizada. São capazes de dominar o mundo, mas incapazes de cuidar de seu próprio povo.

O que está em jogo é o futuro da população de nosso país, principalmente dos 80% que são totalmente dependentes do SUS. Devemos exigir que o Congresso Nacional derrube este decreto privatista e genocida. Para isso acontecer, é urgente uma forte pressão sobre os parlamentares de todos os partidos. É importante, também, que a população aproveite a campanha eleitoral para exigir de todos os candidatos a prefeito que se posicionem contra o decreto, até porque as UBSs são de atribuição municipal. Esse é um tema que deve ser levantado em todos os debates eleitorais.



#DEFENDAOSUS

Não à privatização do SUS! Saúde não é mercadoria!

- Não ao genocídio! Prioridade total para preparar a vacinação contra a COVID-19!
- Exigimos que o Congresso Nacional derrube o decreto 10530/2020!
- Abaixo a Reforma Administrativa!
- Em defesa do SUS 100% público, estatal e controlado pelos trabalhadores!
- **Ary Blinder é médico do SUS**

ELEIÇÕES

Como seria a uma prefeitura governada pelo PSTU?

BERNARDO CERDEIRA,
DE SÃO PAULO (SP)

Desde que o PT, o PCdoB e outros partidos de "esquerda" começaram a ganhar eleições para prefeituras, governos estaduais e, principalmente, depois dos 13 anos em que o PT governou o país, esses partidos difundiram a idéia de que a classe trabalhadora não tem condições de conquistar o poder em um horizonte próximo porque o capitalismo é imbatível.

Segundo essa visão, o que restaria aos partidos de "esquerda", seria governar dentro das regras do sistema capitalista. Esses governos procurariam, então, administrar o Estado burguês, respeitando e fortalecendo suas instituições e gerindo da melhor forma o capitalismo em crise; procurando, assim, amenizar suas contradições e aplicar medidas para "humanizá-lo".



Vera, candidata a prefeita de SP

NÃO DÁ PRA SALVAR O CAPITALISMO

O problema de governar segundo as regras do Estado burguês é que o poder econômico das grandes empresas é que manda, tanto nas eleições quanto na administração e na política. O dinheiro do grande capital compra tudo: governantes, políticos e juízes. Inclusive os próprios partidos dessa "esquerda" oportunista.

Para conseguir se eleger e governar dessa forma é preciso fazer alianças com a burguesia, alimentando esses setores com a corrupção dos contratos do Estado. Os governos do PT mostraram que nessas alianças (que o PT e o PCdoB fizeram e ainda fazem em alguns estados do país) sempre prevalecem a vontade dos partidos burgueses e nunca a vontade e as necessidades dos trabalhadores e do povo.

Então, o papel que essa "esquerda" oportunista cumpre é o de tentar salvar o capitalismo. Mas, é inútil. O capitalismo mundial em decadência e em crise só tem uma saída para sobreviver: aumentar a exploração dos trabalhadores e dos oprimidos. As míseras reformas com que os partidos dessa "esquerda" tentam "humanizá-lo" são logo desfeitas e substituídas por novas e mais aperfeiçoadas formas de exploração.

SOCIALISMO

Nós do PSTU defendemos justamente o oposto: para acabar com o desemprego, a miséria, os baixos salários, a saúde precária, a educação de baixa qualidade, a falta de moradia e a opressão das mulheres, negros e LGBTs; ou seja, para acabar com a exploração e a opressão que sofremos todos os dias, a classe trabalhadora deve governar o país por meio de um governo socialista dos trabalhadores.

E, para isso, um governo de trabalhadores terá que socializar todas as grandes empresas do país e todo o sistema financeiro, transformando a maioria da produção do país em propriedade coletiva e gerindo a riqueza que elas produzem em benefício da sociedade.

Um governo desse tipo só pode chegar ao poder por meio de uma Revolução Socialista, que derrube o Estado capitalista e suas instituições e construa um novo estado baseado em Conselhos Populares, onde os trabalhadores e o povo pobre possam participar verdadeiramente do governo da sociedade.

GOVERNAR COM OS TRABALHADORES

Mas, se o PSTU rejeita a idéia de fazer alianças com a burguesia e gerir o Estado burguês nacional, isso quer dizer que rejeitaríamos a possibilidade dirigir uma administração municipal se fôssemos eleitos? O PSTU participa das eleições, mas não quer ganhar uma prefeitura?

Leon Trotsky, o grande dirigente revolucionário russo, deu uma opinião sobre esse tema, baseando-se nas resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional. Ele explicou que, em certos casos, os "(...) socialistas nos governos municipais (...) ganham às vezes a maioria e estão obrigados a dirigir uma importante economia urbana, enquanto a burguesia continua dominando o Estado e seguem vigentes as leis burguesas de propriedade. Na municipalidade, os reformistas se adaptam passivamente ao regime burguês. No mesmo terreno, os revolucionários fazem tudo o que podem no interesse dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ensinam-lhes a cada passo que, sem a conquista do poder do Estado, a política municipal é impotente."

O PSTU E A ADMINISTRAÇÃO DAS PREFEITURAS

Então, queremos sim, ganhar prefeituras e pensamos que elas podem servir como um ponto de apoio para a luta mais geral dos trabalhadores contra esse Estado capitalista. Mas então, qual a diferença de uma gestão revolucionária para uma gestão burguesa ou reformista?

Ao contrário do PT e do PCdoB, que afirmam que vão "governar para todos", nós do PSTU dizemos, claramente, que vamos governar para os trabalhadores e para o povo pobre. Não vamos fazer nenhuma negociata com as grandes empresas e os grandes capitalistas e não vamos adotar nenhuma medida que os favoreça. Não vamos permitir privatizações da saúde, da educação e das obras urbanas. As máfias do transporte, da coleta do lixo e a corrupção não terão vez.

Uma administração dirigida pelo PSTU vai defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e apoiar suas lutas, suas greves e suas formas de organização como os sindicatos e associações de moradores. Vamos combater todas as propostas contra a classe trabalhadora e apoiar a luta para revogar as contrarreformas neoliberais do tipo da Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Reforma Administrativa e Lei das Terceirizações.

Isso significa, também, que o orçamento da prefeitura será direcionado para as classes trabalhadoras, os desempregados e o mais pobres. E que as medidas de uma gestão do PSTU irão privilegiar a luta contra a discriminação e opressão das mulheres, dos negros e LGBTs.

Uma prefeitura dirigida por nosso partido não irá se omitir em relação ao poder Executivo, o Congresso ou o Judiciário. Não vamos manter uma posição hipócrita, como a adotada por essa "esquerda" oportunista, que declara que deseja uma relação

"institucional" entre o prefeito, o governo do estado e a presidência da República.

Uma prefeitura dirigida pelo PSTU será oposição a Bolsonaro, Dória e outros governadores. Vamos denunciar todas as medidas contra os trabalhadores e o povo, como a política genocida em relação à pandemia do Covid-19.

Uma administração municipal dirigida pelo PSTU nunca será "neutra", como defende a esquerda oportunista, porque a neutralidade do Estado não existe. O Estado é sempre um instrumento de repressão das classes exploradoras. Por isso, uma administração municipal dirigida por nosso partido será um ponto de apoio para os trabalhadores e trabalhadoras contra a burguesia e seu Estado nacional.

Por último, mas o mais importante: se formos eleitos para administrar uma prefeitura, não iremos governar sozinhos. Ao contrário, uma prefeitura dirigida pelo PSTU será uma administração onde os trabalhadores participam ativamente e decidem sobre todas as resoluções políticas e medidas importantes da municipalidade.

Para isso, vamos, em primeiro lugar, estimular a auto-organização democrática dos trabalhadores. Isso significa que vamos incentivar a formação de um Conselho Popular formado por representantes de todas as organizações sindicais e sociais dos trabalhadores e dos bairros pobres da cidade.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/32DXRWQ


Hertz, prefeito de São Luis (MA)

DEMOCRACIA DIRETA

O que são os Conselhos Populares e como funcionam?

Os Conselhos Populares são uma forma de auto-organização dos trabalhadores e das camadas populares. É um tipo de organização que tem como objetivo organizar a luta pelas demandas desses setores.

Por isso mesmo é uma organização que visa representar, defender e lutar pelos interesses da classe trabalhadora e dos setores populares. Nela não cabem as classes exploradoras e seus agentes políticos (deputados, vereadores, etc).

Nesse sentido, representam um tipo de organização oposto aos "conselhos" institucionais formais, instituídos e controlados pelo Estado, onde a participação popular é mínima e não há poder de decisão. E também é o oposto dos conselhos de conciliação de classes com os grandes empresários instituídos pelos governos do PT.

Para ser esse órgão de auto-organização, de luta e de defesa dos interesses dos explorados e oprimidos, o Conselho Popular deve constituir uma forma de representação dos trabalhadores e do povo pobre que seja a mais direta e democrática possível. Os representantes devem ser eleitos pela base, em assembléias, em todos os bairros, sindicatos, associações culturais e todo tipo de organização popular. Os representantes terão mandato revogável a qualquer momento e podem ser substituídos por outra assembleia. Não receberão remuneração especial.

É uma forma de democracia participativa, onde tudo é discutido em assembléias de base, nos bairros e locais de trabalho, e é trazido para o Conselho Popular, que tomará as decisões finais sobre todas as questões importantes da administração municipal: saúde, educação, segurança, moradia, transporte e tudo o que a população considerar pertinente. Esse Conselho Popular terá um caráter deliberativo, porque a administração municipal do PSTU se compromete, desde já, a acatar democraticamente suas decisões.

O Conselho Popular é uma proposta totalmente diferente das desenvolvidas pelo PT, como, por exemplo, o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Essa iniciativa gerou uma grande expectativa e reuniu milhares de pessoas em grandes assembléias. No entanto, o seu poder de decisão se limitava a 5% do orçamento municipal e não incluía qualquer tipo de participação nas decisões políticas e administrativas da prefeitura.



Os Conselhos Populares, quando surgem em uma situação revolucionária, podem assumir tarefas de um Estado em vários terrenos, constituindo-se em um verdadeiro poder operário e popular paralelo, preparando as condições para a tomada do poder pelos trabalhadores. Mas, uma situação desse tipo só acontece em momentos excepcionais. Não é a situação atual.

Mas, isso não diminui a importância de uma iniciativa desse tipo. A experiência de um Conselho Popular pode ser uma valiosa forma de educação para os trabalhadores e os setores populares, uma verdadeira escola de auto-organização, participação popular, democracia dos trabalhadores, independência de classe, que contribua para o avanço da sua mobilização, consciência e organização. E um aprendizado para gerir as tarefas de Estado, mesmo que em nível molecular.

CONSELHOS POPULARES | Como seria a gestão socialista de uma cidade? Neste texto, vamos transmitir uma experiência histórica sobre um tipo específico de organização de conselhos populares, impulsionado em 1989 pela administração municipal da cidade de Timóteo, em Minas Gerais. Em sua construção e atuação, esse conselho foi dirigido por uma organização revolucionária trotskista, a Convergência Socialista (CS), na época uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT).

BAIXE GRATUITAMENTE AQUI:

USE O QR CODE AO LADO E FAÇA DOWNLOAD DA CARTILHA DOS CONSELHOS POPULARES

JUSTIÇA PARA MARIANA FERRER!

Não existe estupro culposo!

GABRIELA SANTETTI (CANDIDATA A PREFEITA) E MARIAH MADEIRA (CANDIDATA A VEREADORA), PSTU-FLORIANÓPOLIS (SC)

No último dia 3, vieram a público imagens inéditas do julgamento do caso Mariana Ferrer. As imagens são um show de horrores e reforçam o entendimento de que esse julgamento é completamente injusto e, portanto, inaceitável.

Mariana Ferrer foi estuprada pelo empresário André de Camargo Aranha, no beach club “Café de la Musique”, em dezembro de 2018, em Florianópolis (SC). Mariana trabalhava, naquele dia, como promoter em uma festa e foi dopada, pois perdeu a consciência e havia consumido apenas uma dose de gim, como atesta sua comanda.

Desde então, Mariana trava uma batalha solitária na justiça contra um empresário que é defendido por um dos advogados mais caros da região.

AGRESSÕES, HUMILHAÇÕES E FARSA JURÍDICA

As imagens da audiência não deixam dúvidas de que esse julgamento é inaceitável. Na audiência, Mariana é agredida verbalmente e humilhada pelo advogado do estuprador. O juiz e o representante do Ministério Público (MP) assistem a tudo com indiferença.

Mas, ao dar sua sentença, o juiz revelou que a indiferença era apenas em relação ao sofrimento da vítima já que, para absolver o réu, criou um novo tipo de crime até então inexistente no ordenamento jurídico: o estupro culposo.

Em linhas gerais, o juiz aceitou o argumento do Ministério Público de que, apesar de ter estuprado Mariana, André de Camargo Aranha não teve a intenção, já que não foi “possível comprovar que Mariana não tinha capacidade para consentir com o ato sexual, desqualificando assim o crime de estupro de vulnerável”.

Dizemos que a tese de “estupro culposo” é absurda porque consentimento não se presume. Isto é, se a pessoa está incapaz de consentir, ela não está consentindo. E mais: ninguém “estupra sem intenção”, sem querer, o que está implícito no conceito de “culposo”.

Por não haver no Código Penal o crime de “estupro culposo”, André de Camargo Aranha foi absolvido do estupro de Mariana Ferrer, já que ninguém pode ser punido por um crime que não existe. Além disso, abre um perigoso precedente jurídico para que outros estupradores sejam absolvidos em processos semelhantes.



LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3OQHJ2M

CULTURA DO ESTUPRO

Anulação do julgamento já!



Mariana Ferrer apresentou um grande número de provas do estupro que sofreu: a perícia médica constatou que Mariana sofreu a violência sexual; havia testemunhas confirmando que Mariana não estava sóbria, havia filmagens mostrando Mariana sendo seguida por André de Camargo Aranha para longe da festa e um laudo pericial comprovando que o sêmen encontrado nas roupas de Mariana pertencia a André. Mas de nada adiantou esse conjunto de provas para condená-lo.

O que a filmagem da audiência mostra é a inversão completa dos papéis. De vítima, Mariana passa a ser julgada pelo advogado do estuprador, Cláudio Gastão da Rosa Filho, por fotos postadas em suas redes sociais. A denúncia de Mariana é desqualificada porque, segundo os argumentos do advogado, ela não é uma jovem “decente”. Ou seja, a vítima, a partir de um conjunto de valores machistas que, ao fim e ao cabo, justificam a cultura do estupro.

O advogado gritou com Mariana na audiência, sob os olhares indiferentes do procurador do Ministério Público e do Juiz, Rudson Marcos. Mariana implorou ao juiz que interviesse e cessasse os insultos e agressões verbais. Ma ela não contou com a solidariedade de nenhum dos homens naquela audiência.

A cultura do estupro culpa a vítima pelo crime, porque diz que a conduta da mulher justifica a violência. A causa do estupro é apontada para a roupa da mulher, onde ela estava, que fotos postava nas redes sociais etc. Menos para o estuprador.

Diante da enorme repercussão da audiência, um integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu para que Corregedoria Nacional de Justiça abra um procedimento preliminar para investigar o juiz Rudson Marcos.

Atos em solidariedade a Mariana estão sendo convocados em todo o país. E nós do PSTU nos somaremos a eles para exigir a anulação desse julgamento humilhante e machista! E para exigir o afastamento do juiz, do procurador do MP e punição ao advogado Cláudio Gastão da Rosa.

Não vamos tolerar mais a cultura do estupro! Vamos às ruas em solidariedade a Mariana Ferrer e em defesa da vida das mulheres trabalhadoras!

PARTICIPE

Atos por Mariana Ferrer

BELO HORIZONTE
7/11 – 15h, na Praça 7 de Setembro

RIO DE JANEIRO
08/11 - 14 h, na Cinelândia.

BELÉM DO PARÁ
8/11 -14 h, em frente à basílica de Nazaré.

SÃO PAULO
8/11 – 14h, no MASP.

PORTO ALEGRE
8/11 – 15h, na Esquina Democrática.

ENTREVISTA

“Queremos um Chile e um mundo socialistas”



María Rivera é advogada de Direitos Humanos e possui uma longa trajetória de luta contra a ditadura de Pinochet. Desde que o povo chileno foi às ruas, no ano passado, Maria tem defendido vários ativistas que foram presos por lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária. Por esse motivo, Maria tem recebido várias ameaças de morte.O Opinião entrevistou Maria, que também é dirigente do Movimento Internacional dos Trabalhadores (MIT), seção chilena da Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional), sobre o resultado do plebiscito realizado no dia 25 de outubro e que aprovou a realização de uma Assembleia Constituinte. Ela também nos falou sobre a situação dos presos políticos no país e quais são os limites da Constituinte.

Por que o resultado do plebiscito é tão importante para o povo chileno?

María Rivera - O resultado do plebiscito, com mais de 78% de votos favoráveis à aprovação de uma nova Constituição, é uma enorme demonstração do descontentamento popular com o atual modelo econômico e com o regime político.

Das 346 comunas [divisões territoriais e administrativas, similares aos nossos municípios] que existem no país, o “Rechaço” à nova Constituição ganhou somente em cinco! Três dessas cinco são as comunas mais ricas, onde vivem o empresariado, os executivos de empresas, os banqueiros, representantes das transnacionais etc. Onde vive a burguesia chilena.

O resultado do plebiscito foi uma demonstração literal da divisão de classes no país e dos anseios, da maioria, por mudanças.

Por que a constituição de Pinochet foi mantida por tanto tempo, continuando em vigor durante os governos de Aylwin, Frei, Lagos, Piñera e Bachelet?

María - A atual Constituição foi elaborada em 1980, sete anos após o golpe militar. A Constituição não foi o que deu origem ao capitalismo neoliberal selvagem chileno. Ela simplesmente consolidou, em uma legislação, todos os retrocessos que vinham sendo implementados pela ditadura de Pinochet.

Quando ditadura acabou, apesar das enormes mobilizações de massas que existiram nos anos anteriores, não foi o movimento de massas que derrubou o ditador e, sim, um pacto entre o imperialismo norte-americano, os militares e os partidos políticos (inclusive o Partido Socialista). O Partido Comunista ficou de fora do pacto, mas, depois, seguiu pelo mesmo caminho.

Esse pacto de transição significou manter Pinochet como chefe do Exército e senador vitalício e também impôs que não se tocasse no modelo econômico e no funcionamento do regime político; ou seja, na Constituição de 1980. Nos últimos 30 anos, essa Constituição sofreu várias reformas, feitas pelos governos de direita e de “esquerda”, mas a sua base não mudou. Ainda é uma Constituição muito antidemocrática no que se refere ao regime político e totalmente capitalista e neoliberal. Não garante nenhum direito. Todos os direitos – saúde, educação, aposentadorias etc. – são tratados como “negócios”.

Fale da repressão do governo Piñera contra as manifestações iniciadas no final do ano passado.

María - A repressão do governo, desde a explosão social, que se iniciou no dia 18 de outubro de 2019, tem sido brutal. Já são mais de 40 mortos. Muitos comprovadamente pelas mãos de militares e “carabineros” (polícia ostensiva), outros em situações nunca esclarecidas. Há mais de 400 vítimas com traumas oculares, muitas delas chegaram a perder a visão em um olho e duas pessoas perderam a visão em ambos olhos, fruto de disparos de bala de borracha e bombas de gás lacrimogênio lançadas no rosto. Além disso, há milhares de denúncias de torturas, estupros e agressões.

Há poucas semanas, um vídeo mostrando um policial jogando um jovem de 16 anos de uma ponte próxima ao lugar onde ocorrem os protestos (agora, chamado Praça da Dignidade) correu o mundo. O jovem caiu e teve inúmeras fraturas, mas, felizmente, não morreu.

Estas ações repressivas foram punidas? E como está a situação em relação aos presos políticos?

Maria – A maioria dos militares e políticos responsáveis por essa enorme repressão continua livre, não foi punida. Os que estão, sim, sendo punidos somos nós, os lutadores sociais. Hoje, entre presos políticos e pessoas com restrições de liberdade, temos mais de 2000 pessoas. É impressionante como os juízes, orientados pelo governo, pe-



dem penas de vários anos para pessoas que destruíram vidros de lojas; mas os policiais, que assassinaram, não são julgados e condenados. Isso não nos surpreende, já que, como marxistas, sabemos que o Estado é um aparato que as classes privilegiadas têm nas mãos e é utilizado para reprimir o povo.

Quais são as limitações da Assembleia Constituinte? Ela pode resolver todos os problemas do país?

María - A futura “Assembleia Constituinte” ou “Convenção Constitucional” (seu nome oficial), não resolverá os problemas do país. A futura Convenção Constitucional está cheia de armadilhas, frutos do “Acordo pela Paz e pela Justiça”, assinado pelos partidos políticos do regime para abrir o processo constituinte.

As regras para eleição de deputados constituintes favorecem completamente os partidos políticos atuais. É muito difícil inscrever um candidato independente e quase impossível ser eleito por fora das coalizões. Além disso, a própria Convenção Constitucional funcionará com um quórum de dois terços. Ou seja, todas as mudanças terão que ser aprovadas por mais de 66% dos deputados constituintes. Se os empresários, com seus partidos, conseguirem uma representação de 34%, eles poderão rechaçar ou barrar qualquer mudança.

Além disso, a nova Constituição não poderá alterar nenhum dos Acordos Internacionais de Livre Comércio, que mantém nossa economia totalmente refém das transnacionais e do imperialismo. Ou seja, o principal objetivo dos partidos políticos (de direita ou de “esquerda”, como o Partido Comunista ou a Frente Ampla) com essa Convenção Constitucional é ganhar tempo para enganar o povo que está lutando nas ruas.

O que o MIT vai fazer agora? Vai tentar eleger representantes para a Constituinte?

María - Nós estamos lutando para ter pelo menos uma candidatura, já que os requisitos são muito difíceis de cumprir. Como MIT, somos parte deste processo. Estivemos nas ruas desde o primeiro dia, com milhares de panfletos, jornais, nossas bandeiras e faixas. Estivemos nas Assembleias Territoriais, nas Brigadas de Primeira Linha, na linha de frente contra a repressão e na organização popular. Não somos os únicos representantes deste movimento, que tem milhões de vozes, mas somos parte real dele.

Estamos trabalhando para ter pelo menos uma candidatura, que seria o meu nome, já que o MIT acredita que sou a pessoa mais reconhecida para defender nosso programa nesse processo eleitoral. Também estamos discutindo com os ativistas a necessidade de lutar para serem candidatos com um programa revolucionário.

E se conseguir, o que um representante constituinte do MIT irá defender e propor na Convenção Constitucional?

María - Não temos ilusões na Convenção. Sabemos que as verdadeiras mudanças não virão de uma negociação com os partidos da burguesia. Isso ficou mais que evidente no último ano. Foram as enormes manifestações de massas e a organização popular que fizeram possível a existência desse Processo Constituinte. Pela história de nosso país e do mundo, sabemos que a burguesia, ainda que perca a maioria na futura Convenção Constitucional, não abrirá mão de sua riqueza e de seu modelo econômico.

Queremos ter candidatos e deputados constituintes para denunciar a falta de democracia desse processo e para acompanhar as massas trabalhadoras em suas expectativas, mostrando que o caminho não é depositar todas as esperanças na mudança da Constituição. Acreditamos que as verdadeiras mudanças virão através da organização e luta dos trabalhadores, trabalhadoras e da juventude.

Que mudanças seriam estas?

María - Defendemos um projeto de país totalmente oposto ao que existe hoje. Defendemos um Chile onde a maioria da riqueza produzida, que é enorme, esteja a serviço de solucionar os problemas de saúde, educação, aposentadorias, moradia, que afetam a enorme maioria da população. Por isso, dizemos que é preciso nacionalizar, sob controle dos trabalhadores, as principais riquezas do país – o cobre, a geração de energia, as grandes propriedades rurais, a pesca industrial. O Chile produz uma enorme quantidade de riquezas, mas tudo isso vai parar nas mãos dos acionistas das multinacionais e das famílias que vivem nas três comunas mais ricas. Além disso, defendemos estatizar todos os bancos privados e unificá-los em um Banco Único e Estatal, que possa conduzir os investimentos nas áreas sociais de maior necessidade.

Defendemos que todos os trabalhadores e trabalhadoras tenham acesso à saúde e à educação públicas e totalmente gratuitas, com um modelo educacional que privilegie o ser humano e não o mercado de trabalho capitalista. Defendemos o fim do sistema atual de aposentadorias, que é totalmente privado, e sua substituição por um sistema público que garanta melhores aposentadorias. Somos a favor da legalização do aborto, do maior investimento em políticas de combate às desigualdades de gênero, raça ou nacionalidades. Em relação ao principal povo originário do Chile, o povo mapuche, defendemos a devolução das terras que lhes foram roubadas e seu direito em decidir se querem seguir ou não sendo parte do Estado chileno.

E o que fazer diante da repressão que, como você destacou, continua brutal?

María - Defendemos o fim das atuais Forças Armadas e dos carabineros e sua substituição pelo povo armado. Hoje, as Forças Armadas estão nas mãos de um punhado de milionários, que as utilizam para reprimir o povo. Nós defendemos que o povo trabalhador deve se armar e se organizar para que possam se defender da repressão estatal, da delinquência e do narcotráfico. Fazemos um chamado constante às tropas de carabineros e das Forças Armadas para que deixem de reprimir e passem para o lado do povo trabalhador.

Essas propostas, evidentemente, extrapolam os limites da Convenção Constitucional...

María – Sim, com certeza. Sabemos que esse programa leva à transformação total do Chile atual, à ruptura com a subordinação aos países imperialistas e suas empresas. Sabemos que esse caminho não vai se realizar através de um parlamento como a Convenção Constitucional. Esse programa só pode ser realizado com a organização e mobilização da classe trabalhadora, do povo mapuche, das mulheres e da juventude.

Lutamos para desenvolver a organização e luta popular até que o povo trabalhador tenha condições de governar o país através de seus organismos de classe, que ainda estão surgindo de forma muito embrionária, mas que se potencializarão com o avanço da revolução. Queremos um Chile e um mundo socialistas. Mas não o “socialismo” da Venezuela, que nada mais é do que um capitalismo com um discurso de esquerda. Queremos um socialismo onde a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras tenha poder de decidir o que fazer com toda a riqueza que produzimos.



Maria fala para ativistas durante protestos em 2019

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/2I3ESCI

mural

REVOLTA

Rebelião na Nigéria contra a repressão



A Nigéria tem vivido dias de rebelião nas últimas semanas. Milhares de pessoas têm saído as ruas contra a repressão policial e a crise social que assola o país em manifestações que tomaram o mais populoso dos países africanos, mas também ganharam o mundo, com mobilizações nos EUA, Canadá, Inglaterra, África do Sul e Brasil.

Os manifestantes exigiam o fim do odioso Esquadrão Especial Anti-Roubo (SARS, na sigla em inglês). Diante da força das manifestações, o governo do ditador Buhari foi obrigado a decretar o fim da SARS e parecia que os protestos haviam conquistado uma importante vitória parcial. Só que não. O governo, na verdade, apenas transferiu os efetivos do SARS para uma unidade especial da polícia (a SWAT, na sigla em inglês). O povo não aceitou essa manobra e segue na luta.

Com o objetivo de retirar os manifestantes das ruas, o governo impôs um toque de recolher que, por sua vez, foi amplamente rechaçado pelos manifestantes que seguem ocupando os espaços públicos e realizando manifestações. Ao mesmo tempo, o Exército anunciou exercícios militares em todo país, na denominada Operação Sorriso de Crocodilo, previstos para ocorrer entre 20 de outubro e 31 de dezembro. O resultado é que uma repressão brutal se abateu sobre os nigerianos, reunindo forças especiais, paramilitares e as Forças Armadas.

No dia 20 de outubro, milhares de pessoas se manifestavam em frente ao pedágio do aeroporto, numa área chamada Lekki Toll Gate. O governo mandou as forças de repressão abrirem fogo contra os manifestantes e várias pessoas morreram.

Apesar da enorme repressão, as lutas se intensificaram. O canal de televisão TVC News – defensor do governo -- foi invadido e incendiado. Também arderam em chamas a residência da mãe do governador, o terminal de ônibus em Oyingbo (um dos maiores mercados na região de Lagos) e o escritório da Autoridade Portuária em Apapa (o principal porto marítimo do país).

A Nigéria é governada por Muhammadu Buhari, eleito presidente em 2015. Buhari é um militar da reserva do Exército, que deu um golpe de Estado contra Shehu Shagari e instalou uma ditadura que governou o país de dezembro de 1983 a agosto de 1985.

Seu governo libertou presos das cadeias e os utiliza como paramilitares que atacam os manifestantes. Apesar da enorme repressão aos jovens e trabalhadores que estão em luta, o movimento tem se radicalizado e continua agregando mais ativistas.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Latifúndio usa autodeclaração para invadir terras indígenas



O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado pelo Código Florestal, em 2012, e muitos já temiam que a medida se tornasse em um instrumento de grilagem (roubo de terras públicas). A razão para isso é o fato do CAR se basear na autodeclaração de proprietários ou supostos proprietários de terras.

Uma pesquisa realizada pelo site “De Olho nos Ruralistas” mostra que pelo menos 7.739 imóveis rurais inseridos no CAR estão em terras indígenas, totalizando 12.310.790 hectares. O Brasil tem 850 milhões de hectares. No total, a área sobreposta às terras indígenas é maior do que a Coreia do Norte. Segundo o Portal, em alguns casos, esse registros tomam até 100% da área das terras indígenas. Pelo menos 111 etnias vivem nessas áreas sobrepostas.

A prática consiste na autodeclaração de áreas indígenas como pertencentes a proprietários particulares, o que facilita a grilagem, a expulsão de povos originários e tradicionais e a violência no campo.

No Congresso, há várias propostas em discussão sobre a regularização de áreas griladas por latifundiários. Na prática, o CAR já é usado como suposto documento de regularização fundiária. É desse modo que o latifúndio tem pressionado pequenos agricultores e comunidades tradicionais ou usado o CAR como uma espécie de ratificação para negociar soja ou gado com abatedores ou silos locais.

DEVASTAÇÃO

Incêndios na Amazônia aumentaram em 121% em outubro



A Amazônia vive o pior outubro de queimadas dos últimos dez anos, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). Dados divulgados pelo Instituto revelam que os focos de incêndios na região aumentaram em 121%, somente no mês passado. Além de queimadas, o desmatamento também permanece em níveis elevados.

Foram registrados 17.326 focos de queimada, contra 7.855 registrados no mesmo período em 2019. O elevado índice ocorre apesar da proibição de uso de fogo na Amazônia e também da presença, desde maio, das Forças Armadas na floresta, para a “Operação Verde Brasil 2” contra crimes ambientais.

O Pantanal também enfrentou o pior ano de queimadas de sua história. De acordo com o “Programa Queimadas”, do Inpe, o Pantanal teve 2.856 focos de incêndio ao longo de outubro, o maior número já registrado para o mês. No total, para este ano, o bioma também já teve recorde de queimadas, com 21.115 ocorrências, o maior número da série histórica.

Segundo o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA), uma área de 4,2 milhões de hectares foi queimada no Pantanal – ou seja, 28% do bioma foi consumido pelas chamas.

Ao contrário do que afirma Bolsonaro, o fogo no Pantanal e na Amazônia tem origem humana. Quem coloca fogo na floresta são latifundiários e grileiros que desejam se apropriar de terras públicas.